Processo CEE-2012/64

Interessado - Pe. ANTONIO MENDES BARATA

Assunto - Pagamento dos salários correspondentes ao período em que esteve afastado do exercício de suas funções docentes.

Conclusão - Conquanto o pedido de pagamento de salários seja matéria puramente administrativa, tal e, no caso, o entrosamento do aspecto administrativo com o docente, de competência da colenda Gamara de Ensino Superior, que se impõe o exame do mérito da solicitação, do que resulte, ao que nos parece, a conclusão de que o interessado não foi dispensado das funções de professor regente, nas, apenas, não contratado para nova regência, e, por conseguinte, não foi reintegrado por despacho governamental, como pretende, e, conseqüentemente, se encontra em situação irregular, não obstante a portaria interna que o reconduziu ao exercício de funções docentes, não lhe assistindo, por isso, direito ao pagamento dos salários correspondentes ao período em que não exerceu.

PARECER N. 50/65-CJ

Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação:

Em cumprimento ao respeitável despacho a fis. 16, deve esta Consultoria Jurídica manifestar-se a propósito da solicitação do Revmo. Pe. ANTÓNIO MENDES BARATA, professor de Psicologia Educacional na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, e concernente ao pagamento dos salários referentes aos meses de abril a agosto de 1964, inclusive, período em que esteve afastado do exercício de suas funções em virtude de portaria posteriormente revogada.

A solicitação em exame, formulada ao Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidenta, Prudente, originou o processo FFCLPP-210/64, que o Sr. Diretor houve por bem encaminhar a consideração deste Conselho Estadual de Educação, tal como o solicitara o próprio interessado.

Preliminarmente, como assunto de natureza admi-

nistrativa, o protocolado devia ser remetido ao douto Serviço Administrativo dos Institutos de Ensino Superior, sob a proficiente direção do ilustre Sub-Chefe da Casa Civil do Senhor Governador - Dr. FLÁVIO PRESTES.

Entretanto, tal é o entrosamento do aspecto administrativo com o docente, que, requisitados os processos CEE-720/64 e CEE-221/64, aos quais se acha apensado o processo RUSP 25511/62 e o expediente GE-16138/62, não nos privaremos do exame da solicitação.

Referem-se, ainda, ao assunto, os processos GG - 2592/63; RUSP-13872/62; RUSP-5376/59.

Conforme vai historiado na petição a fls. 3 do anexo processo CEE-221/64, em sessão de 20 de dezembro de 1960, o extinto Conselho Estadual de Ensino Superior houve por bem aprovar a provar o parecer n. 181/60, do Nobre Conselheiro Relator - Prof. Carlos Henrique Robertson Liberalli, favorável a renovação da contratação do interessado, em regime do tempo integral, sem embargo da inexistência de comprovação de atividades de pesquisas ou quaisquer outros trabalhos de natureza extracurricular, admitindo que o período contratual expirante (365 dias) houvesse sido insuficiente para que tais atividades atingissem a fase de publicação ou divulgação, ressalvando, entretanto, a expressa determinação de que outra renovação, em regime especial de trabalho, dependeria da, apresentação de atividades de pesquisa ou divulgação de alto nível.

É o que se vê a fls. 9/10 do anexo processo CEE-720/64.

Em sessão de 27 de fevereiro de 1962, o mesmo Egrégio Conselho, aprovou o parecer n. 70/62, de autoria do Nobre Conselheiro - Prof. Dr. WALTER LESER, contrario a nova prorrogação do contrato do interessado, por falta de satisfação da condição imposta na prorrogação anterior.

Veja-se a fls. 29 do anexo processo CEE-720/64.

Por outro lado, em sessão de 27 de abril de 1962, o mencionado Conselho aprovou o parecer n. 175/62, do mesmo Conselhei-

ro - Dr. WALTER LESER, favorável a contratação do interessado, em regime de tempo parcial (fls. 31 do processo CEE-720/64),

Entretanto, posteriormente, em sessão de 13 de setembro de 1962, o egrégio Conselho Estadual de Ensino Superior houve por bem aprovar o parecer n. 308, referente a concessão de regime especial de trabalho ao interessado, e, encaminhado o processo ao Nobre Conselheiro Prof. Dr. ANTÓNIO SOARES AMORA, S. Exa. se manifestou, no parecer n. 332/62 (a fls. 29 do processo CEE-221/64) no mesmo sentido, isto é, favoravelmente a contratação do interessado em regime especial de trabalho (tempos parciais acumulados), atende do as razões expostas na representação a fls. 3/24 daquele processo a nexa (CEE-221/64), e, também, a garantia decorrente da solicitação do Sr. Diretor da Faculdade, expressa no ofício a fls. 2 daquele processo.

Em consequência, o contrato feito com base no ato de 16, publicado a 30 de maio de 1962, foi retificado, conforme, inclusive, autorização do Senhor Governador, em 29 de janeiro de 1963, publicado a 7 de fevereiro do mesmo ano.

Em 8 de fevereiro de 1964, o então Diretor da Faculdade - Prof. Dr. HYGINO ALIANDRO, solicitou autorização para renovar o contrato do interessado, por 730 dias, em regime de tempo integral.

Entretanto, a 28 de fevereiro de 1964, terminou o prazo de vigência da última prorrogação, ficando o interessado em exercício de fato, a espera da nova prorrogação.

Todavia, a 15 de maio de 1964, o então Diretor da Faculdade - Prof. Dr. HYGINO ALIANDRO, a vista de abaixo assinado que lhe fora dirigido pelos Professores daquele estabelecimento de ensino (fotocópia a fls. 67 do anexo CEE-221/64), houve por bem solicitar do Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação o não prosseguimento do expediente de renovação do contrato.

Por despacho de 17 de junho de 1964, a fls. 71 daquele processo anexo, o Senhor Governador do Estado houve por bem ma-

nifestar sua concordância com representação que lhe fez o Sr. Diretor, no sentido de autorizar o pagamento do exercício de fato, apenas até 8 de Maio de, 1964, ou seja, pelos dois meses que excederam ao contrato vencido.

Posteriormente, por despacho de 26 conforme publicação de 27 de junho de 1964, o Senhor Governador houve por bem tornar Com efeito "o despacho de 17 do corrente, publicado no Diário Oficial do Estado de 23 do mesmo mês e ano (pag. 7), pelo qual autorizou a dispensa do Sr. ANTÔNIO MENDES BARATA das funções de Professor Regente da Cadeira de Biologia Educacional da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de Presidente Prudente e a Portaria do Diretor daquela Faculdade, publicada no Diário Oficial de 25 do corrente (pag. 7), que dispensou o interessado daquelas funções."

Em consequência, pela Portaria n. 24/64, de 24 de agosto de 1964, o atual Diretor da Faculdade - Dr. SYLVIO FERNANDO PAES DE BARROS houve por bem restaurar a situação anterior, assegurando à volta do interessado à regência de fato da Cadeira "Biologia Educacional".

Nessas condições, entendendo-se "reintegrado" pelo respeitável despacho governamental acima transcrito, o interessado pleiteia o pagamento dos salários correspondentes aos meses de abril a agosto de 1964, inclusive.

Assim postos os fatos, cumpre observar que o interessado não foi dispensado das funções de professor regente, não foi reintegrado e jamais fora professor regente de Biologia Educacional, não lhe assistindo direito ao pagamento reclamado, devendo-se considerar, ainda, que se encontra em situação irregular, uma vez que o contrato proposto a fls. 82 do anexo processo CEE-720/64, ainda não obteve aprovação, e por isso, ainda não se concretizou.

De fato, o respeitável despacho governamental de 17 de junho de 1964, que se vê a fls. 71 do anexo processo CEE 221/64, ao acrescentar "e dispense-se", ultrapassou os termos da solicitação, que concernira, apenas, a autorização de pagamento do exercício de fato, excedente ao prazo contratual findo a 28 de

fevereiro de 1964.

O contrato findo fls. (75/78 do anexo processo CEE-720/64) se fizera para a cadeira de Psicologia (Cláusula I) e o seu termo final seria, a rigor, 31 de janeiro de 1964. (Cláusula IV).

O contrato para a regência da cadeira de Biologia Educacional e aquele que, proposto a 8 de fevereiro de 1964 (fls. 45 do anexo processo CEE-221/64) teve o seu processamento sobrestado, em consequência do pedido de 15 de maio de 1964 (fls. 68 do mencionado processo).

Nossas condições, o interessado não foi dispensado. Apenas se sobrestou o processamento da novação contratual que o conduziria a regência da cadeira "Biologia Educacional", autorizado o pagamento de dois meses de exercício de fato.

Bem por isso, a tornada sem efeito, por despacho de 27 de junho de 1964, do respeitável despacho governamental de 17 do mesmo mês e ano, não poderia importar em retorno ao interessado ao exercício de funções docentes no Instituto Isolado de que foi desligado em consequência da não prorrogação ou novação do contrato que, anteriormente, a ele o vinculava.

Encontra-se ele, pois, em consequência da Portaria n. 24/64-, do Sr. Diretor da Faculdade, em situação irregular e, ao que nos parece, não lhe assiste direito ao pagamento dos salários reclamados.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Consultoria Jurídica, em 3 de dezembro de 1965.

Pérsio Furquim Rebouças